

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS,
CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

AULA MAGNA



ABERTURA DO SEMESTRE LETIVO
2020.2 DO PPGDH UFPB



30 ANOS DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO
E GESTÃO EM DIREITOS HUMANOS NA UFPB

ONLINE

02/10/2020 - 9HS

meet.google.com/the-tdnm-kug

PALESTRANTE:
DR. GIUSEPPE TOSI



Giuseppe Tosi

É para mim uma grande honra e responsabilidade proferir a palestra de abertura do oitavo semestre letivo do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos Cidadania e Políticas Públicas da UFPB.

Agradeço o professor Gustavo Batista que assumiu com muita competência a coordenação, e a todos os membros do colegiado e aos mestrands presentes.

Queria me dirigir em particular aos novos mestrands que participaram da seleção desse ano atípica e extremamente concorrida, o que não deixa de ser um sinal animador nesses tempos difíceis.

Vocês têm o privilégio de estar cursando uma pós-graduação em uma universidade pública de qualidade e uma pós-graduação interdisciplinar em direitos humanos. Queria lhes dar as boas-vindas e resgatar a origem e a trajetória desse mestrado para que vcs se sintam parte e herdeiros de uma história exitosa a qual precisamos dar continuidade sobretudo nesses tempos sombrios.

Quando entrei na UFPB por concurso em 1989 eu e minha mulher víamos de 10 anos de militância social e política, antes no altiplano peruano entre os índios quéchua e aymará, e depois na Diocese de Guarabira com os trabalhadores e as trabalhadoras rurais do brejo paraibano.

Eu queria fazer algo que desse continuidade a essa militância social e depois dos primeiros anos de desorientação minha sorte foi encontrar em 1992 a Comissão de Direitos Humanos, a primeira das Universidades Federais do Brasil, fundada em 1989 pelo prof. Rubens Pinto Lyra e que dela participaram, Carlos Guimarães, Lucia Lemos, Luciano Mariz Maia, Nazaré, Paulo Moura, o saudoso Fábio Freitas, Lúcia Guerra e tantos outros ... assim me engajei nela e nunca mais sai desse grupo.

Com a aposentadoria minha e de Nazaré no próximo ano se encerra este período. E assumimos o compromisso de escrever o livro que conte essa história!

Nesses 30 anos de trabalho procuramos realizar um projeto coletivo: a nossa grande força foi trabalhar juntos, atuando em várias frentes, e aproveitando dos diferentes talentos de cada um sem que houvesse um líder que sobressaia. Quero ressaltar isso porque a colaboração (mesmo que competitiva) é uma virtude a ser valorizada.

A porta de entrada dos direitos humanos na UFPB e no Brasil foi a extensão universitária, que começou uma nova fase com a administração do Reitor Neroaldo Pontes de Azevedo, no começo dos anos 90 tendo na pró-reitoria Ivan Targino e Genaro e Gláucia Ieno e tantos outros, que foram os pioneiros no Brasil a valorizar e a institucionalizar a extensão, vista até então como a Cinderela do tripé formado com o ensino e pesquisa.

Este trabalho foi levado adiante com muita dedicação e competência pela professora Lúcia Guerra nos 12 anos em que esteve à frente da PRAC, tendo como colaboradora a professora Maria de Nazaré, e Eliene e Iraci e Senharina e Petronila e tanta outros professores e servidores técnicos- administrativo que realizaram um magnífico trabalho reconhecido nacionalmente e internacionalmente.

Queria dividir este período longo de 30 anos, em 3 etapas:

1. O pioneirismo e protagonismo da CDH

A CDH realizou inúmeros cursos de extensão para um público diferenciado, policiais militares, professores do ensino fundamental e médio, associações de bairro, indígenas, população LGBT,

Foi por iniciativa da CDH que foi criado o Conselho Estadual dos Direitos do Homem e do Cidadão, presidido pelo prof. Rubens Pinto Lyra, e posteriormente pela professora Nazaré e pelo prof. Luciano Mariz Maia, procurador da República, e pelo Dr. Duciran Farena entre outros

Em 1994, a CDH promoveu o 1º Curso de Especialização em DH do Brasil, com o apoio da CAPES, que naquela época ainda financiava os cursos de especialização. Seguiram mais duas edições nos anos 2.000 de forma presencial, e mais recentemente de forma semipresencial, a distância, atingindo centenas de pessoas, sobretudo professores do ensino fundamental e médio e profissionais da segurança pública.

Fortalecida com a experiência dos primeiros anos, no começo dos anos 2000 (2002?) foi a Comissão (e não o Centro de Ciências Jurídicas) que elaborou o projeto para a criação dos primeiros mestrados em DHs do Brasil, e que concorreu ao edital lançado pela Fundação Ford, que a UFPB venceu junto com a USP e a UFPA. Assim foi criada a área de concentração de DHs no mestrado do CCJ, que posteriormente se consolidou com a criação de um doutorado.

2. O Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos

O segundo momento começa em 2007 com a criação do **Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos**, do qual foi o primeiro coordenador por dois mandatos, tendo o prof. Luciano Mariz Maia, Procurador da República, como Vice. Quem proferiu a aula magna de abertura foi o saudoso e brilhante prof. espanhol Javier Herrera Flores!

O Núcleo dividiu as tarefas com a CDH, assumiu as atividades mais acadêmicas, e a comissão assumiu o papel de representação “política” interna e externa.

O Núcleo promoveu numerosos curso de extensão sobretudo para os policiais e os professores do ensino fundamental e médio, incluindo dois cursos semipresenciais, coordenados pela professora Lúcia Guerra e Marlene França com muita competência e dedicação

O Núcleo, em colaboração com o PPG do CCJ promoveu (desde 2002 até 2019) **10 seminários internacionais em direitos humanos**, abordando os temas mais relevantes da agenda política sobretudo da América Latina: entre eles lembro em 2009 o seminário comemorativo dos 100 anos de nascimento de Norberto Bobbio.

O X Seminário se realizou no ano passado sobre a coordenação dos professores Paulo Moura e Marlene França.

Quase todos eles resultaram em livros impressos e e-book com a participação de centenas de autores do Brasil e do exterior e milhares de páginas que estão disponíveis no site do NCDH e compõem a “**Coleção Direitos Humanos**” que reúne todas as publicações coletivas promovidas pelo Núcleo e pelo PPGDH nesses anos: um acervo único que está à vossa disposição e que nem sempre é valorizado e utilizado como deveria pelos mestrados e professores.

A única coisa que tenho a lamentar é que não conseguimos a construção da nova sede do Núcleo, apesar de ter trabalhado intensamente durante dois anos para a sua realização: já havia sido escolhido o terreno, elaborado o projeto e conseguidos os recursos da ementa parlamentar do Dep. Federal Luiz Couto no valor de 900.000, que foram devolvidos pela reitoria.

Este projeto estava associado à proposta de transformar o Núcleo em um Instituto interdisciplinar em direitos humanos e cidadania, que fosse unidade acadêmica, e atuasse com ensino, pesquisa e extensão na graduação e na pós-graduação. Tarefas difíceis de realizar nesses tempos sombrios e obscurantistas e

que ficam para os professores Suelídia e Alexandre Magno que assumiram a coordenação do Núcleo este ano.

3. Criação do PPGDH

O terceiro momento se refere à criação do PPGDH.

Foi o Núcleo que, em 2012, apresentou um APCN de Programa de Pós-Graduação em nível de Mestrado em DH para a área interdisciplinar da CAPES, que foi aprovado no mesmo ano, junto com os mestrados de DHs da UnB, da UFGoiás, da UFPE; com os quais agimos conjuntamente para a criação de uma rede acadêmica em direitos humanos no Brasil.

A proposta de criar uma Pós-graduação interdisciplinar em dhs vinculada ao CCHLA surgiu porque a área de concentração do CCJ começou com interdisciplinar, mas com o tempo e com a pressão da CAPES, se tornou sempre mais uma área do direito.

A criação do PPGDH não era algo líquido e certo por 2 motivos., 1. Porque havia já uma área de concentração em dhs no PPGCCJ 2. Porque o programa não estaria vinculado a um Departamento, mas a um núcleo interdisciplinar. Por isso, foi uma surpresa e uma inovação a aprovação tanto pelo CONSEPE como pela CAPES, e a UFPB se tornou a única universidade federal (se não me engano) com dois PPG em direitos humanos

Hoje, o PPGDH, Programa de Pós-Graduação em DH, Cidadania e Políticas Públicas está na sua 8ª turma, recebeu nota 4 e está almejando criar um doutorado sob a firme e competente coordenação da professora Adelaide Dias e atualmente do prof. Gustavo Batista e da professora Suelidia.

Queria só ressaltar que este crescimento acompanhou o crescimento geral dos dhs no **ensino** (com o fortalecimento de programas nas áreas disciplinares e interdisciplinar) na **pesquisa** (com a disseminação de Grupos de pesquisas em direitos humanos e áreas afins) e na **extensão** e gestão universitária.

Se em 2012 eu e Nazaré conseguimos fazer um levantamento em 39 IES no Brasil, hoje seria impossível acompanhar todas as atividades nesta área: comissões, observatórios, cursos de extensão, de especialização, mestrados, doutorados estão (ou estavam?) em plena expansão no Brasil articulados em redes nacionais e internacionais...

Parcerias nacionais e internacionais

Outra característica do CDH e do NCDH, foi de atuar sempre procurando parcerias, nacionais e internacionais e criando redes com o objetivo de institucionalizar o ensino, a pesquisa e a extensão em DH no ensino superior: os resultados destes anos de trabalho podem ser consultados no site do NCDH: www.cchla.ufpb.br/ncdh.

A CDH promoveu também vários projetos internacionais de intercambio acadêmicos, três em particular.

O Projeto Uni-Cidadania, Universidade e Cidadania, de 2000 a 2003 em convênio com o Ministério das Relações Exteriores da Itália tendo como órgão

executor o MLAL, que permitiu a realização de 2 cursos presenciais em parceria com o Movimento Nacional de DH, de todo o Nordeste, a realização de vários seminários, a publicação de livros, a aquisição do primeiro acervo que deu origem à Biblioteca Enzo Melegari, em homenagem ao presidente do MLAL que havia apoiado o projeto e falecido prematuramente.

Outro projeto relevante foi **O Projeto Alfa** “Direitos Humanos e Segurança Pública” (*Human Rights facing security*), coordenado pela Universidade de Florença, e financiado pela União Europeia, que permitiu o intercâmbio de estudantes e professores para a realização de estágios de estudo na Itália e em Portugal, a realização de um seminário internacional de DH, a publicação de vários livros, o fortalecimento da biblioteca; e a colaboração com a equipe do prof. Danilo Zolo e a toda a sua equipe em particular os professores Emilio Santoro de Florença e Luca Baccelli, de Camerino. O projeto também permitiu uma colaboração duradoura com a Escola de Direito da Universidade do Minho em Portugal, através dos professores Pedro Vasconcelos e Acílio Estanqueiro Rocha entre outros.

O terceiro projeto de colaboração internacional foi a inserção do NCDH e do PPGDH (a partir do ano de) na rede da “**Cátedra UNESCO de DH e Violência**”, com várias universidades da América Latina e da Europa, coordenada pela universidade Externado de Bogotá.

O Núcleo participa também da Rede de Educação em DH da América Latina.

Se no começo as parcerias eram mais com o exterior, a partir dos meados dos anos 2000, começou uma parceria mais consistente com o governo Federal, a partir do Governo Lula, sobretudo com a Secretaria Nacional de DH, com a SECADI-MEC, e a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

Foram parcerias para promover cursos, seminários publicações, pesquisas cujos resultados estão disponíveis no site do NCDH.

No âmbito nacional se destaca o programa RDH BRASIL rede de educação em direitos humanos coordenado pelas professoras Nazaré e Lúcia Guerra, que coordenou um projeto de extensão em 15 Estados da Federação, com visitas presenciais, elaboração de material didático, cursos intensivos de extensão que colaborou para estender os direitos humanos em todo o país.

Destaco entre tantos o convênio com a Fondazione Basso de Roma, patrocinado pela comissão de anistia que digitalizou e publicou os documentos do arquivo da Fundação sobre o Tribunal Russell II, que resultou na publicação de 5 livros sobre o tema. Projeto que está ainda em andamento, sob a coordenação da professora Nazaré, mesmo sem a colaboração do MJ..

Foram parcerias que deram resultados e deixavam esperar que a política dos dh na Universidade e em geral fosse uma política de Estado e não somente de governo, fosse permanente e não passageira.

Em 2009, tive a honra de presidir uma mesa com o ex-ministro das relações exteriores do governo FHC Celso Lafer, e o então ministro dos Direitos Humanos do governo Lula Paulo Vannuchi e comentei que esta mesa era uma demonstração da fundada esperança de que a política de DH tivesse se tornado uma política de Estado.

E foi assim efetivamente: a política de direitos humanos dos governos do PSDB e do PT foi mais de continuidade do que de rupturas. Baste pensar nas eminentes figuras que presidiram as secretarias de direitos humanos como José Gregory, Paulo Sergio Pinheiro, Nilmário Miranda, Paulo Vannuchi, Maria do Rosário até a posse da primeira mulher negra no cargo no governo Temer, que foi uma total decepção e os retrocessos que estamos vendo neste governo ilegítimo quanto às políticas de direitos humanos em todos os setores...

As coisas começaram a mudar já em 2012. Quando foi lançado o III PROGRAMA NACIONAL de DH, o texto foi bombardeado sobretudo por setores do PSDB do então candidato José Serra. O que sinalizava o novo clima de hostilidade para com os direitos humanos que estava tomando conta do Brasil e que se acentuou a partir do governo Temer.

A Conjuntura Política e Social atual

Este trabalho coletivo, do qual muito me orgulho de fazer parte, fez com que a UFPB se tornasse um centro acadêmico de referência no Brasil e no exterior no ensino, na pesquisa e na extensão e na gestão em DH. Temos assim hoje algo para comemorar, não pela minha pessoa, mas por todo o esforço coletivo realizado nesses trinta anos.

Ao mesmo tempo, temos a lamentar profundamente, que apesar de todo este trabalho realizado em várias escolas e universidades do Brasil e da América Latina, de toda a luta da sociedade civil, das ONGs, dos movimentos sociais, e de alguns partidos políticos de esquerda, a batalha pelo respeito e efetivação dos direitos humanos no Brasil está longe de ser ganha.

Tornou-se quase que um senso comum afirmar que DH só defendem bandidos, que bandido bom é bandido morto, que os DH só valem para os humanos direitos. Todos os dias “os DHs” são objeto de escárnio, de xingamento, de manifestação de ódio e de intolerância e acabam assumindo o papel de bode expiatório de todas as mazelas e a violências que atemorizam a nossa sociedade...

Às vezes dá um desânimo, porque um locutor qualquer de rádio e de televisão, daqueles jornalistas que fazem estes programas sensacionalistas, que lucram sobre a miséria e a desgraça alheia, em poucos minutos destroem o nosso trabalho de anos: e estamos impotentes diante desta massiva campanha de difamação promovida pelos meios de comunicação!

Assim vivemos hoje, em tempos de golpe, um retrocesso tanto nos direitos civis e políticos, como nos direitos econômicos e sociais e eu me perguntou por quê?

Porque o Brasil, que é um dos poucos países do mundo que teria as condições objetivas para crescer e se tornar um país próspero e justo, está se autodestruindo?

Como é possível que o Brasil continue com esses absurdos índices de desigualdade, de desemprego, de pobreza, de violência?

Como é possível que continuem os assassinatos políticos de líderes, de indígenas, de trabalhadores rurais, de defensores dos direitos humanos, como o da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes brutalmente executados com quatro tiros na cabeça: lembra o assassinato de Margarida, outra mulher pobre, negra e militante executada com um tiro de espingarda a queima roupa na cabeça!

De onde vem esta sanha, este ódio, esta intolerância para com os outros, esta violência incontrolada, este genocídio que dizima os jovens, pobres, negros, das periferias, esta violência contra as mulheres, contra as pessoas LGBT? Como é possível que no Brasil de hoje ainda se morra por um pedaço de terra, um país que tem extensões imensas?

Para não falar dos enormes danos ao meio ambiente, a sistemática destruição das florestas, a invasão das terras indígenas, que estamos vendo cotidianamente.

É uma situação geral de ameaça às conquistas democráticas que conseguimos: este clima piorou depois da deposição da presidenta Dilma, da posse de Temer, da condenação de Lula e da resistível ascensão do governo Bolsonaro.

Quando trabalhamos nos últimos anos o tema de memória e da verdade, através de seminários e de artigos e livros, acreditávamos estar fazendo um trabalho histórico, retratar algo passado; não poderíamos imaginar a relevância e atualidade desse resgate histórico.

A eleição de um presidente da república antidemocrático, que sempre exaltou a ditadura, que ao mesmo tempo que a exalta nega que ela existiu mostra que alguma coisa deu errado, que os filtros democrático não funcionaram, que as falhas da justiça de transição abriram brechas para que um negacionista chegasse à presidências da república e formasse um governo que está rapidamente desmontando as conquistas democráticas da nossa ainda frágil democracia

Entre as ameaças à democracia e aos direitos humanos que o Brasil está sofrendo, queria concluir esta palestra focalizando um aspecto que me parece mais relevante e que diz respeito mais de perto a nós como intelectuais, professores estudantes: a guerra ideológica do bolsonarismo.

A Guerra Ideológica do Governo Bolsonaro

Bolsonaro, desde a sua posse, não lançou um plano de governo, mas uma “guerra ideológica e cultural” cujo alvo principal é a esquerda, para combater a “ideologia de gênero”, o “marxismo cultural”, o “gramscismo”, o pensamento de Paulo Freire e o comunismo; que no contexto atual do debate ideológico brasileiro, é um conceito vago e indefinido que remete ao inimigo histórico dos tempos da ditadura militar e da guerra fria, em um contexto totalmente diferente e que serve para condenar e demonizar qualquer coisa que possa se assemelhar a um pensamento de esquerda, que ameace os “valores tradicionais”: Deus, a pátria, família e a propriedade.

A estratégia de Bolsonaro é clara: governar unicamente para os grupos sociais e econômicos que o apoiam, e lutar contra os inimigos internos e externos ao governo, reais ou imaginários que sejam. Para tanto precisa manter viva a tensão com os “inimigos” para manter o apoio incondicional do “seu povo”.

Mas em que consiste esta guerra ideológica e qual é a sua consistência teórica? Aparentemente nenhuma! O bolsonarismo

1. Não possui um discurso consistente, que possa ser considerado uma doutrina política minimamente sustentável....

2. Não possui intelectuais de peso, só Olavo de Carvalho que não é comparável aos intelectuais do nazismo com Heidegger e Schmitt ou do fascismo como Giovanni Gentile ou Julius Évola, também não é comparável com os intelectuais da nova direita europeia, como Alain de Benoist ou os integralistas brasileiros como Plínio Salgado , diante dos quais a pobreza teórica do olavismo é impressionante
3. Não é presente se não marginalmente no ambiente acadêmico, não tem uma presença significativa entre os professores e alunos e funcionários, pelo menos nas ciências humanas, e acredito também nas ciências exatas e naturais se pensamos ao discurso obscurantista e anti-iluminista e ao fundamentalismo religioso anti laicista (citar a eleição na ufpb?)
4. Não tem apoio no meio cultural e artístico: as tentativas de criar uma cultura patriótica inspiradas no nazismo e no fascismo... são patéticas ... veja a dança dos secretários de cultura ...
5. É uma ideologia “contra” tudo o que é moderno, e pré-moderna...e regressiva ... que está mais preocupado em destruir do que construir algo. O governo Bolsonaro é cheio de ministros que deveriam cuidar dos seus ministérios, mas que fazem o contrário: são contra os direitos humanos, contra o meio ambiente, contra a saúde pública, contra as mulheres, os negros, os indígenas....e obviamente contra o comunismo!

Por outro lado, se olhamos mais de perto, e se utilizamos as categorias de Gramsci podemos ficar mais preocupados, uma vez que o bolsonarismo

1. tem uma ideologia ainda que tosca e fosca;
2. tem intelectuais no sentido amplo do termo, e de certa forma orgânicos, embora de uma pobreza e penúria teórica impressionante, mas que compensam com a agressividade;
3. tem um referente político embora não seja propriamente um partido, mas um “capo” um líder, um “mito”;
4. tem uma visão de mundo e um conjunto de interesses materiais, corporativos, mas não somente;
5. e disputa a hegemonia ideológica com as forças progressistas, sobretudo com a esquerda:

Elementos todos que confluem na construção de um bloco histórico atrasado conservador, regressivo no qual os intelectuais exercem o a função da hegemonia e do consenso, como afirma Gramsci recuperando a concepção ético-política da história de Benedetto Croce.

Sinto um certo desconforto a importunar Gramsci para explicar o bolsonarismo, que parece mais uma caricatura de um bloco histórico, pela fragilidade dos seus elementos, um fenômeno efêmero e inconsistente. Esperamos que assim seja, mas estou com medo do que o bolsonarismo pode ter uma vitalidade maior...

Ao final o que conta, sempre pensando nas categorias gramscianas, na política e no exercício do poder é a capacidade de um sujeito político de promover, ao mesmo tempo, consenso e dominação, juntar consentimento e força/violência ...

E isso me parece o aspecto mais perigoso do bolsonarismo que, além de possuir a força legítima do Estado, através das forças armada, das polícias, tem o

apoio de grupos paramilitares armados, as milícias...e consegue manter um núcleo ideológico bastante forte que lhe garante o consenso, através do uso sem escrúpulos das redes sociais....e do doutrinação do fundamentalismo religioso fake News,

Há outro aspecto preocupante. O governo Bolsonaro mostrou, desde a campanha eleitoral e após a sua posse, uma vontade explícita de resgatar o papel político que os militares haviam perdido (em parte) na transição democrática, após mais de trinta anos de relativo afastamento da cena política e de subordinação ao poder civil¹.

É verdade que há uma diferença entre um “governo militar”, e um “governo de militares”: o governo Bolsonaro não é (ainda?) um governo militar como foi a ditadura de 1964 a 1985; mas a presença dos militares no governo é tão capilar e institucional que a distinção parece muito sutil.

Os militares das três armas (incluindo alguns da ativa) controlam os dois principais cargos da República (a Presidência e a Vice-Presidência), 10 ministros **sobre** 24, centenas de altas patentes nos mais altos postos do governo², e milhares em todas as outras esferas governamentais³. A presença dos militares não se limita à questão da defesa e da segurança, mas está se espalhando em todos os setores do governo, infraestrutura, ciência, tecnologia, mineração e energia, direção de empresas estatais, questão indígena, a articulação política às relações institucionais e até na saúde e na educação. Trata-se de uma verdadeira militarização do governo através da qual se pretende militarizar a sociedade.

É mais do que legítimo se perguntar por que tantos militares em encargos que nada tem a ver com sua formação e função? As Forças Armadas estão constitucionalmente a serviço do Estado e não de um governo específico, e menos ainda de um projeto de militarização da política que tem graves precedentes na história republicana brasileira. Não existe hoje no mundo um governo democrático com tantos militares; e isso porque, em uma democracia consolidada, o papel político das forças armadas deveria tender ou ser igual a zero.

A militarização do governo pretende impor uma militarização da sociedade. Os colégios militares estão sendo propostos como modelos para a educação básica, e o projeto “Escola sem Partido”, – que quer combater a “ideologia de gênero”, o “marxismo cultural”, o “gramscismo”, o pensamento de Paulo Freire e tudo o que tenha a que ver com a esquerda ou a oposição ao governo– está sendo proposto para todos os níveis de ensino. Em nome do combate ao “comunismo”, está havendo uma tentativa de controle ideológico sobre os estudantes e professores de esquerda,

¹ O professor Jorge Zaverucha da UFPE havia alertado há muito tempo a influência oculta dos militares na Constituição de 1988. Ver: Relações civis-militares: o legado autoritário da Constituição Brasileira de 1948. In; TELES-SAFATLE. *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 41-76.

² “Governo Militar: Bolsonaro nomeia mais de cem militares para cargos no governo”. Zero83, 03.03.2019. “Governo Bolsonaro terá mais ministros militares do que em 1964”. De Fato. Rondônia. 16.12.2018, Disponível em: <https://defatorondonia.com.br/2018/12/16/governo-bolsonaro-tera-mais-ministros-militares-do-que-em-1964/>

³ Calcula-se que a presença de militares no governo seja de cerca de 2500 pessoas, nos mais variados setores, como por exemplo na saúde, onde após as demissões de dois ministros, a pasta foi confiada temporariamente a um general que nomeou 25 militares para substituir o pessoal civil de carreira. *Bolsonaro amplia presença de militares em 30 órgãos federais*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/bolsonaro-amplia-presenca-de-militares-em-30-orgaos-federais.shtml>

patrocinado pelo Ministro da Educação que está incentivando os alunos a denunciar os professores que professam ideologias contrárias ao governo em sala de aula.

Nesse contexto, uma instituição como as Forças Armadas, por sua natureza autocrática, assume um papel político relevante e conta com certo apoio e consenso popular, o que lhe confere uma legitimidade democrática, se nos limitarmos ao conceito de democracia como vontade da maioria; mas a democracia não é só isso, é também a garantia dos direitos das minorias, como lembra Bobbio, em *O Futuro da democracia* (2000).

A outra face da militarização é ainda mais sombria e mais perversa: se trata das *milícias*, os corpos paramilitares, tão próximos da família do Presidente, que exercem o controle de parte do território, com vínculos políticos e econômicos e o apoio dos setores mais radicais da extrema direita...e que possuem muitas armas!

Não há dúvidas de que essas forças nem tanto ocultas entrarão em ação todas as vezes que o governo for colocado em dificuldade, por exemplo no caso de um *impeachment* ou de uma incriminação do Presidente e dos seus familiares e amigos, ou de uma alternância de governo. É este o dano irreversível que o bolsonarismo está provocando, e que joga uma hipoteca e uma tutela dessas forças nem tanto ocultas sobre o poder político e a sociedade e promove um desgaste cotidiano das instituições democráticas.

Um entulho autoritário que não será fácil remover ... que veio para ficar.....

Concluindo

Mas não queria concluir com o desânimo: esta longa história que contei brevemente aqui não pode ser cancelada por uma canetada de um governo ilegítimo, devemos ter confiança no trabalho realizado por milhões de pessoas, e milhares de instituições e de movimentos, nesses anos de transição da ditadura para a democracia; sobretudo pelos jovens, pela juventude brasileira.

É verdade que é uma transição que nunca acaba, que é capenga, cheia de estados de exceção, temos ainda uma democracia frágil, e vivemos tempos obscuros e sombrios que só tendem a piorar: a questão é saber se ainda estamos numa democracia ou o estado de exceção passou os limites e se tornou uma regra.

Não se trata de uma alternativa de governo entre esquerda e direita, mas de uma mudança de regime político que promove uma democracia tutelada e condicionada militarmente

Mas a história tem idas e voltas, agora estamos por baixo, sofremos uma série de derrotas, e as derrotas se pagam em política, mas as coisas podem mudar. Devemos ter a confiança do estado democrático de direito, não temos alternativas se não resistir, denunciar, protestar, reagir, se solidarizar e influenciar o rumo dos acontecimentos, mudar as correlações de força, já vivemos tempos piores e precisamos confiar no trabalho que fizemos nesses anos todos.

Citar a seleção deste ano que mostra como o paradigma dos direitos humanos está se consolidando na academia como algo irreversível

Ao final não estamos pedindo algo impossível, mas algo que já existe em vários países do mundo, estamos pedindo um padrão de convivência minimamente civilizada, uma sociedade em que as pessoas sejam respeitadas, reconhecidas na sua dignidade. Nós “dos Dh” insistimos na universalidade dos DH, porque se começamos a fazer exceções, a defender que os DH não são para este ou aquele tipo de pessoas, abrimos uma caixa de Pandora, caímos num poço sem fundo: ou os DH são para todos ou não são para ninguém.

Este é o desafio que o bolsonarismo representa, com o sem Bolsonaro: a criação de um bloco histórico que disputa a hegemonia ideológica, que sempre existiu, mas que estava acuado nos governos da esquerda e que veio à tona e que não volta mais para a obscuridade em que vivia, mas mostra a sua cara... deixando uma democracia tutelada e ameaçada ... não uma alternância de governo, mas uma mudança de regime...de uma guerra cultural a uma guerra civil o passo é curto!

Não vamos deixar que isso aconteça!

Obrigado

João Pessoa, UFPB, 2 de outubro de 2020

Giuseppe Tosi